**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA 15ª REUNIÃO RESERVADA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA A TOMADA DE DEPOIMENTO DO SENHOR CLÓVIS RENATO SQUIO, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a testemunha Clóvis Renato Squio.

(*O depoente Clóvis Renato Squio adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.*)

Bom dia.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sintam-se cumprimentados, já que a Covid não permite aproximação.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Posso tirar a máscara?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim, senhor.

Feito o registro com fotografias e vídeos, peço que os fotógrafos da Casa e demais assessores deixem o recinto.

Muito obrigado a todos da assessoria que compreendem a situação e tão prontamente nos atenderam.

Senhor Squio, o senhor sabe por que foi convidado a estar nesta reunião, no dia de hoje?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim, senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Consulto se o senhor está acompanhado de advogado.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, no âmbito desta Comissão, a todos os fatos que lhe forem perguntados a cerca desse contrato, sob pena de incorrer no rime de falso testemunho?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Assim eu juro.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim. Hum, hum.

Também quero lembrar que o senhor pode permanecer calado diante de alguma pergunta, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade, porque o silêncio não é indicativo de resposta. Que o senhor diga: prefiro permanecer calado.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – (*Ininteligível*.) (*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Para que a gente possa fazer o registro para os nossos taquígrafos, eu preciso que o senhor diga o seu nome completo, a sua data de nascimento, a sua profissão e onde exerce a profissão.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – É... Clóvis Renato Squio, sou auditor interno do Poder Executivo estadual, estou à disposição da Controladoria-Geral do Estado, é...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Residência.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Natural de Seara, Santa Catarina, e resido na Rua Pedro Ivo nº 171, apartamento 203, centro de Florianópolis.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Eu gostaria de pedir ao pessoal da filmagem que colocasse a câmera para que possamos ver o depoente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Está sendo reposicionada a câmera, senhor Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O.k., obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Bom dia, senhor Relator.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Bom dia.

Eu li o relatório, nós estamos aguardando a documentação chegar a respeito... pra gente poder observar a documentação, porque o relatório faz citação a alguns documentos, a algumas páginas, a alguns instrumentos, que não vieram junto com o relatório (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Então o relatório não estaria consubstanciado pra verificação específica. E observando também toda a singularidade que a gente tem nesse procedimento, também não entendo... eu confesso que a nova Lei de Abuso de Autoridade trouxe umas regras específicas com relação a isso, o artigo 10, o 11, acho que há um pouco de exagero, mas a gente também tem que se preservar, né, e preservar também as outras pessoas.

Mas, enfim, eu li o relatório, também acompanho todos os passos do processo, acho interessante que se você pudesse responder, por exemplo, alguma coisa que a gente não tenha ali, tipo: algo ficou fora do relatório por interferência de alguém, por pedido de alguém? O senhor se sentiu coagido de alguma forma pra apresentar um outro relatório que não aquele?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Certo. É...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – O senhor pode puxar o microfone mais perto.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – O senhor entendeu, né?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Entendi.

Até eu peço a compreensão dos nobres Deputados, um certo nervosismo dada a situação, a... inclusive a... dizer dessa... do zelo com... com essa questão de sigilo e essa questão da... da Lei de Abuso de Autoridade, vossas excelências estão na imunidade parlamentar, mas também tem o artigo 38, que fala que aquele que proferir julgamento antes de formalizada a acusação – e daí eu me vejo nessa posição – incidiria nessa conduta, né, da nova lei.

Então, nesse sentido o relatório ele traz os indícios, porque é isso que tra... compete nessa fase processual, né, de uma investigação preliminar, que é um instrumento da Lei Anticorrupção, né, quando se toma ciência de um ato, um fato, enfim, a... se não há elementos suficientes pra já propor... abertura do processo, né, de responsabilização, ou da empresa, ou administrativa disciplinar, é... faz-se uma investigação preliminar que tem por objeto a reunião de indícios sobre a prática em tese ou da Lei Anticorrupção, do ato lesivo à administração estadual, ou, nesse caso, como o decreto prevê também que a comissão deva apontar demais providências, a... nós aproveitamos pra avaliar e reunir eventuais indícios da prática em tese de a... infração disciplinar. Então é isso o que o relatório traz.

E quanto à pergunta específica, não sofremos a... pressão, inclusive, né, nós, profissionais que somos, é... estávamos cientes de é... enfim, que deveríamos ser imparciais e a... evitar qualquer tipo de influência. Então, falo por mim e pela comissão, nós tivemos essa liberdade a... de poder levantar os documentos e promover, enfim, e fazer essa análise que acabamos retratando no relatório.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Muito bem.

O Luiz Felipe deu uma entrevista no dia 16/6/2020, se não me engano para o Grupo NSC. O senhor teve acesso a essa entrevista?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Aquela do Upiara?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Isso.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Eu li na Internet.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Leu na Internet? Muito bem.

O Controlador-Geral do Estado Luiz Ferreira garante que o órgão que comanda e que introduziu na máquina governamental quando pilotou a reforma administrativa do governo Carlos Moisés, no ano passado, não falhou no polêmico caso da compra dos duzentos respiradores de UTI por 33 milhões, pagos antecipadamente.

O senhor acredita que a compra... Qual foi o papel da Controladoria nesse processo? O senhor acredita que a Controladoria falhou, ou ela foi induzida ao erro, ou se excluiu dela alguma responsabilidade?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Bom, a... pra ponderar o papel da Controladoria num processo desse, numa situação excepcional de pandemia também, a gente não pode deixar de considerar a... o fato de a Controladoria ter um ano completado o ano passado. Nós tínhamos já o grupo de auditores na Diretoria de Auditoria-Geral junto à Secretaria da Fazenda, que foi para o órgão para o qual eu prestei o concurso em 2005, e... e... tínhamos uma forma de atuação ali, inclusive víamos assim a... tínhamos inclusive algumas atribuições e prerrogativas na própria Lei 381, em alguns trechos que foram revogados, que não temos mais na situação atual. E muito também a... da questão da direção da própria Controladoria, que foi levada até a semana passada.

Então... assim, é difícil, ainda mais aqui como testemunha não me cabe julgar, né, agora nós somos um grupo reduzido... somos 56 auditores – eu tô falando pelos auditores, não enquanto o órgão, porque o órgão depende mais da sua direção superior, e eu quero crer que houve uma fase, encerrada semana passada, de uma direção, e hoje – que saiu ontem a nomeação do novo Controlador-Geral, que começa a vigorar hoje – eu quero crer que seja diferente a... pela própria... pela própria questão pessoal da liderança, porque reflete muito no órgão, né?

Então, a pergunta específica é se ele podia fazer diferente? Talvez pudesse, reorganizando o nosso a... escasso recurso humano, talvez pudesse ser um pouco diferente ou, enfim... Mas é difícil, como testemunha, antecipar, né, ver como poderia ser diferente. O fato é que a gestão era um pouco... era diferente do que esperávamos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Se me permite, Deputado Ivan Naatz, de alguma forma foi uma atitude centralizadora dele ali na tomada dessas decisões, não deixando... Apesar de ser, com bem o senhor disse, um número reduzido de auditores, né, ele poderia, se tivesse isso sido dissolvido entre os seus auditores ou se ele não tivesse centralizado a condução desse trabalho... É isso que o senhor deu a entender? Seria isso, ele centralizou um pouco mais a decisão desse assunto específico da compra dos respiradores? Se tivesse passado por todo o corpo, a situação seria diferente?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Não, eu não... não digo da questão do respiradores em si e em especial na época dos fatos, né? Eu digo assim, é natural que uma liderança tenha a última palavra no órgão que dirige, né? A... então, um exemplo...

Bom, basicamente em auditoria situações como essa, que... né, o Ministério Público, o Gaeco, né, e a Deic chamam uma organização criminosa (*ininteligível*), então houve se... na acusação da Operação Oxigênio houve uma fraude, né, e nessa situação, fraude a... tem duas formas que você pode tentar evitar. Na verdade uma forma pra evitar, que é a gestão de riscos, você identificar os riscos e ir trabalhando neles pra que não tenha a... não seja surpreendido, e a outra forma, que aí é posterior, é via denúncia, né? E a questão da gestão de riscos está ainda hoje a... indefinida, porque foi criada uma Secretaria de Integridade e Governança, né, que ela... e ainda não está claro o posicionamento e a quem compete levar a implantação de gestão de risco aos órgãos.

A Diretoria de Auditoria-Geral estava, já no seu planejamento estratégico, estava elaborando a... a... consultoria pra implementação de gestão de risco nos órgãos, já havíamos feito no Inmetro, na Junta Comercial e... e assim pretendíamos ir espalhando nos órgãos. Secretaria da Saúde é uma das Secretarias certamente mais difíceis de se conduzir pela especificidade especificidade dos assuntos a... eu mesmo tô afastado há um ano e meio da Auditoria, então já não tenho mais um conhecimento tão apurado da... da Secretaria da Saúde em si, mas é uma das mais difíceis de... de... de se conduzir.

Então, a fala é nesse sentido. Se houvesse a aprofundada a questão de gestão de risco para poder identificar mais proximamente ao fato, aí poderia ser feita a prevenção, mas pra isso, em especial na forma de implementação da... da gestão de risco pelos órgãos, e isso de forma sistêmica, que normalmente se faz isso no sistema de controle interno, que pela própria 741, a reforma administrativa, coube à Controladoria-Geral do Estado, porém há um outro órgão com essas competências e essa indefinição talvez tenha, sim, prejudicado uma forma de já poder ter implantado essa... essa metodologia, né, de gestão de risco, e daí talvez pudéssemos, a tempo e modo, evitar com antecedência, né, o fato.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Eu separei aqui... eu queria que o senhor nos ajudasse no seguinte: o ex-Controlador-Geral Luiz Felipe disse pra CPI e disse também pra imprensa que não houve um pagamento antecipado, que houve, na verdade, uma compra com certificação de entrega e, portanto, isso não é pagamento antecipado.

Mas nós percebemos, desde o início dos trabalhos, que era uma condicionante o pagamento antecipado. Pra nós aqui da CPI isso parece já claro, que desde o início do trabalho a condição era o pagamento antecipado. E também a gente percebeu que uma outra... uma atração que o governo teve foi pela entrega dos equipamentos num prazo exíguo, quatro, cinco dias depois da entrega (*o depoente faz que sim com a cabeça*), que ninguém nem se preocupou em ver uma foto dos equipamentos ou saber onde eles estavam, sei lá, ter um registro, ó, tem aqui a rastreabilidade desse produto. Nós temos um equipamento no México, então tá bom, então vamos comprar de ti. Ninguém nem se preocupou em saber onde isso estava.

Eu faço essa conversa contigo porque eu não te olho aqui como uma pessoa que veio aqui ajudar a esclarecer os fatos, porque como disse, já tenho isso no relatório, mas pra nos ajudar a construir uma das tarefas da CPI, que são os mecanismos que nós vamos colocar no relatório pra que essas coisas nunca mais aconteçam.

Quando o Luiz Felipe disse que não houve o pagamento antecipado porque foi certificada a nota pela entrega, mas a entrega estava programada para depois da entrega da nota, porque a nota foi certificada dia 30 e a entrega seria entre o dia 5 e o dia 7, então não havia entrega e todo mundo sabia que não havia entrega. O Luiz Felipe tem razão nisso, ele disse que não houve pagamento antecipado, ou houve pagamento antecipado, ou isso é indiferente, o senhor como auditor?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Certo. A... Bom, como testemunha me cabe mais é trazer os fatos pra interpretação de vossas excelências, então de fato o pagamento foi anterior à entrega, mesmo a entrega constante da proposta. Na proposta tinha uma entrega de 5 a 7 de abril, pagamento deu-se mediante o processamento dia 1º de abril, e como eram... uma transferência pra outro banco, pingou na conta, né, foi depositado na conta da empresa no dia 3. Então o fato é que o pagamento deu-se antes do... da programação de entrega dos equipamentos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – E a entrega não seria total nos dias 5 e 7, ainda teria uma outra entrega...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso, a primeira entrega.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – A primeira entrega.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Perfeito, Deputado, perfeito.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Houve um pagamento antecipado na concepção na sua concepção de auditor? O pagamento foi antecipado e sem...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim, o pagamento deu-se antes da entrega e dos depoimentos colhidos, mesmo pessoas sabiam que não havia sido entregue.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Eu só faço essa colocação pelas falas do Luiz Felipe, nós estamos aqui contrapondo as falas do Luiz Felipe aqui pra nós, da CPI...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Hum, hum.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – E pela entrevista também.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Deputado Ivan, me permite interromper, nessa sua linha...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Claro, por favor, Deputado Amin.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Senhor Clóvis, então dessa maneira, como o Deputado Ivan chegou ao pagamento, só pra esclarecer: o senhor foi designado presidente da Comissão de Investigação Preliminar, né, instaurada pela Controladoria pra apurar esses atos relacionados tanto à Dispensa da Licitação, a 754/2020, né, da Secretaria de Estado da Saúde, que objetivava a aquisição desses duzentos respiradores por R$ 33 milhões pra empresa Veigamed.

Então eu gostaria de saber como o senhor, então, soube dessa aquisição e como a Controladoria-Geral, aí nesse momento, agiu quando tomou ciência dessa contratação?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Certo. É... eu recordo que estávamos em isolamento a... e quando na quinta-feira, dia 23, houve já uma notícia... eu trabalho dentro da Corregedoria, né, então houve a notícia do Corregedor dizendo: ó, Clóvis, tá tendo um problema, a gente vai ter que atuar. Só que ainda sem saber exatamente qual o problema. Na sexta-feira...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – 23 de?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Dia 23 de abril.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Abril?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Na sexta-feira, dia 24, a... me foi passada uma minuta de uma informação de auditoria, que é a Informação 43, que aí eu pude tomar ciência qual era o processo e começar a pesquisar o Processo Administrativo SES 37.070/2020. E aí, efetivamente, na segunda-feira seguinte veio formalizada a informação de auditoria, né, foi dado conhecimento à Controladoria e à minha pessoa, enquanto gerente de Responsabilização de Entes Privados e de Combate à Corrupção. Vendo os fatos ali, eu sugeri então a instauração da investigação preliminar e ofereci meu nome, com dois colegas, pra compor a comissão e fazer esse levantamento, que foi instalado no dia 28 de abril.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Só pra complementar essa primeira interrupção, Ivan. Mas aí o senhor teve ciência, né, instaurou essa medida preliminar, essa Comissão de Investigação Preliminar, e eu pergunto isso porque é o seguinte: ela foi instaurada muito depois desse problema, né? Então eu gostaria de saber se o senhor teve alguma atuação prévia por parte da Controladoria-Geral do Estado? E por que demorou tanto essa comissão iniciar os seus trabalhos?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Não, o... Veja, nobre Deputado, a... nós tomamos a... da investigação preliminar nós tomamos ciência dos fatos dia 27, de forma oficial dia 27 de abril, e dia 28 a comissão estava instalada, né?

O processo ele veio, o Processo 254, no qual foi emanado esse relatório, ele veio apenas com a informação de Auditoria 43. Então, provavelmente no processo da informação é que a gente vai saber da onde veio a demanda ou da onde surgiu o primeiro conhecimento, né, e quanto a isso eu não, não sei responder, eu sei responder que chegou a demanda dia 27... dia 24 de forma informal, dia 27 aí nós já sugerimos a investigação e dia 28 estava... já trabalhei final de semana, mas dia 28 já estava instaurado e começando os trabalhos, né, pra... pra investigação.

O conhecimento da Controladoria anterior, eu não... não sei dizer porque eu não tive acesso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Tá. E aí essa comissão teve uma duração de quê, 50 dias, 45 dias?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso. A investigação preliminar a investigação preliminar, e é bom aqui fazer um esclarecimento que eu ainda não fiz, é... ela tem o prazo de sessenta dias. É bastante curto pra uma apuração e por isso ela não tem contraditório. É bom que se diga, por isso que a gente trata de indícios da prática, em tese, de atos ilegais, porque aqui não há um juízo de... de... de culpa ainda, o.k., e... e por ser exíguo o prazo não cabe defesa, não cabe dilação probatória.

Então, sim, são sessenta dias o prazo de... pra concluir o relatório e nós entregamos em... cinquenta dias, por aí.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN** – Deputado Ivan, obrigado. Depois eu tenho mais algumas perguntas.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Nós temos uma informação aqui na CPI de que o Banco do Brasil expediu uma CI (*o depoente faz que sim com a cabeça*) dizendo que estava constatando saques e fraudes em compras de equipamentos da pandemia em volumes consideráveis. Essa CI teria chegado aqui pra Secretaria da Saúde em torno do dia 4 ou dia 5, ou seja, dois dias depois que o pagamento foi liberado no banco Bradesco.

O senhor teve conhecimento dessa CI?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – É, eu tomei conhecimento após a emissão do relatório, no depoimento do Thyago, salvo engano, Capitão Thyago aqui junto à CPI, né?...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Foi pela CPI?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Pela CPI, pela CPI, porque do financeiro, dada a exiguidade, enfim, de prazo, nós ouvimos apenas o José Florêncio. Ouvimos o José Florença e, enfim, não chegamos a ouvir o Thyago, né, e só soubemos então por intermédio da CPI.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Porque o José Florêncio foi que recebeu, né? Se não me engano, aqui, quem recebeu essa CI foi o próprio José Florêncio, e me estranha que ele não tenha falado isso pra comissão, que ele tenha recebido essa CI.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Também.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Né, porque se ele... Qual é a razão? Se ele recebe essa CI no dia 4 e... opa, tem problema aí, entrega pra Procuradoria, chama a Controladoria e conversa sobre isso, talvez a PGR teria entrado com um procedimento judicial, teria tempo de resgatar os valores. Decorreu muito tempo, sabe, entre o dia 3, que foi quando o dinheiro ficou disponível, e o dia 27, 28, quando teve a primeira medida judicial. Isso permitiu que o dinheiro se espalhasse por pequenas contas.

Então pra nós aqui da CPI, pelo menos pro Relator (*O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, manifesta-se fora do microfone: “Pra todos nós.”*), é um fato preponderante não ter comunicado, né, o fato...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – ...à Procuradoria, olha, pessoal, tá tendo rolo aí, recebi esse *e-mail*. Acho estranho que ele não tenha falado isso pra vocês.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Não, de fato eu não recordo de ele ter falado uma comunicação oficial, assim, nada... Tô tentando aqui buscar...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – ...o depoimento dele lá junto conosco, né? A... ele não mencionou nada oficial, talvez uma conversa, alguma coisa assim, ó, presta atenção que pode tá havendo... Mas nada de... não recordo algo... a... uma notificação, uma comunicação.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Vou passar para os meus Colegas, então.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Deputado Valdir Cobalchini...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Senhor Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Logo após o Deputado Cobalchini, que está inscrito, já passo a palavra ao senhor.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Então está bem. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Doutor Clóvis Squio, embora a gente tenha as limitações, né, o senhor, nós também temos, né, ninguém está aqui ainda pré-julgando, mas as conclusões da Controladoria em relação ao negócio, ao processo. Já há uma conclusão sem a gente entrar no agente, quem foi o culpado, mas como a Controladoria analisa o processo, a conclusão do processo de dispensa, de compra, de pagamento? Como define?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Tá. Bom, Deputado, eu posso falar pela comissão...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Sim.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – ...ou pela minha atuação, né?

O procedimento de investigação preliminar ele, como instrumento da Lei Anticorrupção, ele dispõe o seguinte: a... a... a reunião dos indícios já ditos aqui, né, indícios então, mas aí a comissão deve, em face das empresas já tentar capitular, ou seja, dizer qual foi a conduta e onde essa conduta se enquadra nas tipificações lá no artigo 5º da Lei Anticorrupção...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – A conduta eu queria falar um pouquinho depois...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso, isso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – ...da conduta do agente, a tipificação da conduta.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Mas falar do processo da licitação.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Perfeito. Então...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Ele foi... qual é a tipificação que a Controladoria, especialmente vejo a Gerência que o Clóvis ocupa, gerente de Responsabilização de Entes Privados e de Combate à Corrupção. É realmente uma função totalmente atinente à... Digamos, a sua presença aqui se justifica totalmente, até pela função, não apenas pela sindicância, mas pela função que ocupa (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – O.k.

A... Então a... a gente definiu mais profundamente a conduta das empresas, né, e no relatório consta, como o próprio Deic e Gaeco indicaram, a formação de uma organização criminosa, claro em tese, a gente está falando dos indícios, mas né, um vendedor, o Fábio Guasti, né, a... que prometeu entregar algo que não tinha, num prazo que não era possível, né? Então nesse sentido a Veigamed tá sendo apontada como indícios da prática, em tese, de fraude à licitação e ao contrato – a licitação pela venda e ao contrato pela entrega, né?

A... a empresa TS, a... por a... ela ter é... participado do processo de importação junto à empresa Africa-Med, que foi visto que não é fabricante do equipamento comprado, o Shangrila, porém no contrato da TS consta como fabricante, né? Esse fato e o fato de, até onde nós temos conhecimento, com base nos documentos enviados ao então Controlador-Geral e os documentos constantes de fonte aberta da ação cautelar proposta pela PGE aqui na... aqui no... na Vara da Fazenda da Capital, a TS ali demonstrou documentos que comprovam a remessa ao exterior de 1,800 milhão de dólares, que seria, no preço de... no preço de 12 mil dólares informado cada Shangrila, seriam 150 equipamentos, porém ela demonstrou o... a Commercial Invoice, que seria o documento substituto do contrato, não o substituto de contrato, mas pra fins de importação, nem apenas de 50 ventiladores, ou seja, é... 600 mil dólares.

Então, a TS também verificou-se a presença de indícios, em tese, da prática a... do ato lesivo de fraude.

A empresa MMJS, por ter-se utilizado da mesma figura utilizada também pelo Fábio Guasti no momento da negociação, ou seja, é uma espécie de *folder* do equipamento, só que apagado o nome Shangrila, ela tem uma assi... a... roxa e ali, no *site*, né, no *site* consta do relatório inclusive a fonte, nós tomamos o cuidado de citar as fontes, e aí os documentos vão tá no processo, né, a... a... ou então são fonte aberta com... com a referência no relatório, a... então a empresa MMJ a... está... foi reconhecido indício da presença a... da prática, em tese, do ato de fraude à licitação por conluio, porque ele forneceu um... um orçamento que a princípio há indício de que ele não fornece, né, nunca forneceu esse equipamento.

E a empresa Remocenter, Remocenter... Remocenter Ambulância é um nome mais... como não... não me recordo agora exatamente, mas é Remocenter, uma empresa de serviços de ambulâncias, coisas assim, de remoções, né, em serviço de saúde, a... pela prática, em tese, do... do ato de valer-se de interposta pessoa, porque nós vimos quem vendeu foi o Fábio Guasti, então ele tinha bastante domínio do fato ali, domínio da situação, essa empresa a... tão logo a Veigamed recebeu os 33 milhões consta um pagamento – isso segundo informação da... do pedido de prisão da segunda fase da Operação Oxigênio, consta no próprio dia 3 uma transferência pra Remocenter e no dia 6, a sexta-feira... a segunda-feira seguinte, outra transferência de outro R$ 1 milhão.

Então, a... nos dois primeiros dias úteis houve transferência de R$ 2 milhões para a empresa Remocenter e ainda foi apreendido, por ocasião a.. da busca e apreensão da primeira fase, uma nota fiscal de 5 milhões da Remocenter contra a Veigamed.

Então provavelmente esses pagamentos estavam tentando ser esquentados, né?

(*O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Exato, por meio dessa nota, dos quais houve, pelo menos que a gente tem ciência até agora, a transferência de R$ 2 milhões.

Então essa empresa foi, né, verificado com a presença de indícios da prática, em tese, da... do ato lesivo também de... da... da valer-se de interposta pessoa, no caso a Veigamed, para obter o benefício, né, com o ato lesivo.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Eu só quero insistir eu só quero insistir um pouco. O processo da compra ele foi ilegal, porque ele não cumpriu os requisitos da Lei 8.666, de 93 com as suas alterações. Não cumpriu, começando pela não publicação e daí pra frente, do início ao fim, né?

Como a Procuradoria sinteticamente... Qual é a... o ilícito houve, como classificou isso, como tipificou isso?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Bom, então, como dito houve a presença de indício da prática, em tese, de fraude.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Sim.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Né? E...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Promovia pelo Estado, pela Secretaria da Saúde.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Bom, a... Quanto á... Daí eu teria que entrar na atuação dos agentes, dos agentes públicos, né?

Os agentes públicos, ela... pelo... pelo procedimento, essa investigação preliminar ela substituiu uma sindicância, né? A sindicância, no Direito Disciplinar, ela, nessa fase, sequer se aponta a... exatamente qual seria o... a tipificação do ilícito. Então a gente a... deve se manifestar, como presente ou não, a prática, em tese, de infração disciplinar. A peça de indiciação na União ou aqui entre nós, pela Lei 491, no relatório preliminar da comissão é que é feita a acusação ao servidor dizendo: a... o teu... do que nós recolhemos, o teu ato se configura na prática, em tese, de tal. Então nós não, não avançamos o sinal porque também não nos caberia fazer isso, né?

Então, sim, é uma fraude, não posso dizer que há participante e agente público na fraude, porque não... não chegamos a mergulhar nesse ponto, não.... tampouco nos competia, mas, sim, a fraude está no relatório, está no relatório as... as deficiência do processo, né, ausência de instrumento contratual, por exemplo, que no caso era obrigatório, coisas nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Garantias.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Garantias, pro tipo de pagamento, né... não que o pagamento antecipado seja proibido, mas, né, a... mediante garantias idôneas e aptas pra a... mitigar o risco da operação, né?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – A última, não é nenhuma questão, mas, enfim: em relação aos agentes, sem entrar na questão específica de cada um, quais são as condutas reprovadas dos agentes públicos? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Então, a... Eu posso dizer, né, que os agentes ali listados são, são seis servidores, dois agentes políticos, né, tem, a... indícios da prática, em tese, de ato ou irregular ou infração disciplinar.

No relatório a gente menciona, né, a, a, a participação no Processo SES 37.070/2020 e o que mais a gente conseguiu colher dos depoimentos, né? Então, a ausência de garantia, a ausência de instrumento contratual, né, essa questão do... do... do lapso entre a ciência da... do conteúdo ou da inidoneidade, digamos, não inidoneidade porque é um termo técnico que só depois de um processo ela seria assim, mas digamos do... da... da falta de lastro da empresa Veigamed em cumprir com o contrato.

Então, basicamente, seriam a, a, assim, essas as, as, deficiências, né, do ou irregularidades, enfim, né. A ausência, então, bom, houve todo um conluio, porque os orçamentos acabaram sendo entregues, né, pra justificar aquela compra, daquele prazo, naquele valor, né? E, a, um, uma ausência de um contrato que previsse, se fosse o caso, o pagamento antecipado. Ele constou da proposta, mas a, a, não há clareza enfim se houve o conhecimento ou não, né, pelo menos do, do então titular da Secretaria da Saúde...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Que era?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Que era o, o, o Helton, né, o então Secretário Helton Zeferino, né?

Não há, nós reunimos indícios. Não há um indício suficiente dizendo: Ó, ele que mandou. Né? Há indícios, inclusive, reconhecido, da Márcia dizendo: Ele sabia. Né? E nós paramos por aí, porque o prazo é apertado. Era o que nos cabia reunir esses indícios. Processo seguinte irá dizer com mais profundidade baseado na produção da prova, que a prova produzida sobre o contraditório, né, a, a, a, nós agora temos indícios. Esse indício e o documento relativo a ele, uma vez submetido ao contraditório que irá formar a prova, somente após a análise da prova é que é possível emitir um juízo, né, de reprovação ou não da conduta.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Só uma observação para finalizar. A sindicância, as conclusões, os indícios, é, fortes indícios, que a sindicância chega, vai muito ao encontro daquilo que nós mesmos... certo? Para mostrar o trabalho sério que está sendo feito aqui, técnico, não é, que vai ser muito, acredito que muito parecido com os indícios - não é uma conclusão -, da sindicância. Com os indícios, me parece, de tudo que a gente já viu de Gaeco, de Ministério Público, salvo aquilo que está em sigilo, que a gente ainda não sabe, eventualmente, mas aquilo que até hoje...

**O SR PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Se me permite. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência está com o seu microfone ligado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Perdão é que eu quero falar logo depois, tá, Presidente.

**O SR PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim, está o Deputado Milton Hobus e, depois, vossa excelência.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – É isso.

**O SR PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Bom dia, senhor Clóvis, muito obrigado por o senhor estar aí, colaborando com a CPI.

Eu tenho só dois questionamentos. Um deles é que me chamou muito a atenção quando recebi cópia de um *e-mail* do representante da empresa chinesa, que ele mandou ao Secretário Adjunto à época, doutor André Motta Ribeiro. Ele mandou no *e-mail* dele um *e-mail* dizendo que a, a empresa chinesa não reconhecia a venda dos ventiladores, que ele como representante no Brasil, é, também não reconheci a venda, alertando o Estado que esses ventiladores não chegariam. Isso foi no dia 3 de abril, no *e-mail* do doutor André. E no questionamento que nós fizemos, na CPI, a ele, ele disse que simplesmente ele não tinha tempo e repassou esse *e-mail* para a Procuradoria e ficou por isso mesmo.

Eu achei isso uma falha muito grave, uma falta de responsabilidade, inclusive pedi, a partir disso, na Comissão, lá na Assembleia Legislativa, o afastamento dele.

Eu queria saber se o senhor teve conhecimento disso e o que que vocês concluíram dessa falha pessoal, porque um *e-mail* pessoal, ele é para ser respondido. É, isso é muito grave. O que vocês concluíram sobre isso?

E se dos quase 14 milhões que foram bloqueados na Justiça, que as empresas estão contestando, se de fato voltou algum dinheiro aos cofres públicos do Estado até hoje? Se o senhor tem conhecimento disso?

São só esses dois questionamentos, doutor Clóvis. Muito Obrigado.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - O.k., Deputado. É, sobre o *e-mail*, sim, nós mantivemos primeiro contato com o Onofre Neto, não é? Solicitamos a cooperação dele e ele nos enviou uma espécie de dossiê, como consta do relatório. Eu acho que ele chamou de informações relevantes sobre o processo de compra, algo nesse sentido, consta do relatório.

É, é, nós não tínhamos o *e-mail* em si, então, requisitamos à, à Consultoria Jurídica da Secretaria da Saúde sobre esse *e-mail* e o tratamento dele. E, e, e, de fato consta lá um *e-mail* do dia 3 de abril, a, por volta das cinco horas, né, em que... um texto muito curto no conteúdo e com anexo. E consta ter sido enviado pra Consultoria Jurídica. A... e, aí, houve uma confusão, a... porque havia um, um, primeiro *e-mail* do senhor Onofre Neto pedindo o passaporte. E, aí, no âmbito da Consultoria Jurídica, e, é, por isso, que constou o nome da senhora Bárbara, é, supostamente há indício no, no relatório há indício de uma confusão entre os temas e o *e-mail* chamado Carta Sobre Fraude, foi considerado com a, a, a, dependente ou a mesma situação da questão do passaporte. E, a partir de uma informação é, é, de uma informação de que não seria mais levado adiante a questão do passaporte, esse segundo *e-mail* também, ao que consta e consta do relatório, teria sido a, é, digamos, desconsiderado.

Então é, por isso, que consta essa, essa senhora no, na, no relatório.

Essa é uma pergunta, perdão, eu esqueci a segunda.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – A segunda é se o senhor tem conhecimento dos valores ajuizados em contas de empresas, se eles de fato retornaram para o Estado, porque as empresas estavam contestando que não tinha relação com o caso específico de Santa Catarina e elas estão discutindo isso em juízo?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Qual a perspectiva disso?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Nós temos ciência de que 11 milhões, eu não vou saber o número exato, mas 11 milhões foram apreendidos junto à OltraMed, uma empresa que... a, né. A Veigamed é, assim que, assim não, é, mas quando recebeu o recurso ela a, adquiriu a, repassou 11 milhões pra OltraMed, de Joinville, pra adquirir *kits* de teste Covid, que seriam entregues no Rio de Janeiro.

Então com a operação da, da Deic, foi identificada essa operação, a, a, PGE, a Secretaria da Fazenda, identificaram a emissão da nota, porque a nota foi emitida em Santa Catarina, né, Joinville, a, a, identificaram a emissão da nota e foram atrás. Então foi apreendida primeira carga, a carga do, dos, dos testes Covid e também os 11 milhões e, posteriormente, numa ação, salvo engano, em Gaspar, numa Vara de Gaspar, que agora foi transferida pra ação cautelar que a PGE proposto na Vara da Fazenda Pública da capital. A, a, a, então, foram liberados os *kits* e os 11 milhões estão vinculados a uma conta da dessa ação.

Tem mais 2 milhões e tanto que a TS, a, a, até onde eu tenho conhecimento, se dispôs a devolver, que seria o recurso que ela manteve no Brasil, pra pagar as despesas de importação e tributação da vinda dos respiradores. Com o problema na primeira vinda e o perdimento daquela carga, a TS concordou, até onde eu tenho conhecimento, a, a devolver esses 2 milhões que seriam pra custear essa, essas despesas da operação e mais os 400 mil, quatrocentos e tantos mil da ação popular.

Então, todos estão, até onde eu tenho conhecimento na data de hoje, todos estão aprovisionados cautelarmente junto ao Poder Judiciário.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS** – Era só isso, senhor Presidente. Muito obrigado.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - Senhor Presidente, só pra... Deputado Milton Hobus, na linha do Deputado Milton Hobus da importância do *e-mail*. A relatoria ela se...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Só um pouquinho, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Kennedy, vossa excelência continua com o microfone ligado.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - A relatoria, ela considera esse *e-mail* fundamental, fundamental para observação da participação do Secretário André Motta. Porque é, é, lógico que se uma empresa informou o Estado que poderiam estar sendo objeto de fraude, qualquer gestor público deveria ter tido o cuidado de tomar precauções.

Por isso, senhores Deputados, a importância de chegar o processo na íntegra, porque a gente tem esse *e-mail* e a conversa que teve a Cláudia no rela... no processo à página 351, e também há conversa desse *e-mail* na página 314. O *e-mail* em si, o que aconteceu com esse *e-mail?*

Só faço essa observação, Deputado Milton Hobus, pra dizer que a gente precisa ter acesso na íntegra dos documentos que compõem a relação para compreender efetivamente o que aconteceu com esse *e-mail.*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, Deputado Milton.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Bom dia, senhor Squio.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Bom dia, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Eu queria fazer algumas perguntas.

Quando é que o senhor ouviu a primeira vez, tomou o primeiro depoimento e em qual local e dia da senhora Márcia? O senhor lembra ou não?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Sim, eu recordo. Eu tomei o depoimento dela juntamente com a Deic no dia 30 de abril, no dia 30 de abril.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – 30 de abril, tá.

É, eu só fiquei numa dúvida. O senhor falou que vocês tiveram conhecimento do fato, o primeiro conhecimento, dia 24 de abril, é isso?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Isso. A, a Auditoria estava trabalhando já, numa informação de auditoria, e eu tive acesso à minuta pra começar, né, ia vir demanda pra mim, pra já começar... daí, eu soube do processo 37.070, e aí comecei a estudar o caso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Quem é que passou por senhor isso daí? O senhor sabe ou não?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - No dia 24, foi o Corregedor-Geral, Cícero, né.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – É, é... sabe por que, senhores Deputados e senhor Squio, eu não consegui compreender, porque, se foi o dia 24 que a CGE teve o primeiro pronunciamento... pelo fato aí. É que a matéria do Intercept foi dia 28, quatro dias depois.

E a informação que nós temos, que a CPI tem, é que o corregedor, aliás, o Controlador-Geral disse que só ficou sabendo, e outros que passaram por aí, só ficaram sabendo a partir da matéria do Intercept. Inclusive o próprio Secretário Tasca disse que ficou sabendo só a partir do Intercept também.

O senhor tem alguma explicação que possa elucidar isso daí, senhor Squio?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Veja, Deputado, é bom, é bom esclarecer. O Clóvis Squio, servidor lá da Corregedoria, que é um órgão da Controladoria. Então, não é que a Controladoria tomou conhecimento. Eu tomei conhecimento no dia 24, a partir de uma minuta de informação, que já estava sendo trabalhada na área da Auditoria, né. A Controladoria tem Auditoria, Corregedoria e Ouvidoria. Então, a Auditoria já vinha trabalhando nisso. A, a, eu tomei conhecimento dia 24 de forma informal, dia 27 de forma formal, mediante o envio dessa informação, né, de Auditoria. A, a, a, a imagino que os Deputados tenham tido acesso, senão vai, virar junto com o processo, né.

A, o processo em si e onde foi emitido essa, essa informação, eu não tive contato, não tive conhecimento. Então não sei a partir de quando foi trabalhado pra chegar no dia 24 quatro ter uma minuta, no dia 27 formalizar essa informação.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Deixa eu fazer uma pergunta pro meu Relator, Deputado Ivan, o senhor tinha percebido isso daí, Deputado Ivan?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Um minuto, Deputado Kennedy Nunes, pode continuar prosseguindo, o Relator foi tomar uma água e já volta.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Ah, o.k. tá bom.

Outra coisa, no relatório preliminar é falado que o Secretário André, o Secretário atual André, que na época era Adjunto e Superintendente dos hospitais, assinou um papel e depois ele não quis assinar no SGPE. O senhor pode explicar melhor que papel era esse? O que ele assinou e depois não quis assinar?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Bom, consta, consta do relatório a, a existência de uma CI, na verdade duas versões de uma CI, uma Comunicação Interna, que a engenharia clínica analisou o equipamento constante duma Proforma Invoice, um documento emitido pela... emitido pela Africa-Med, né, tendo como beneficiária uma datian(?), uma, uma empresa *offshore*, é, como resultado da primeira notificação que a Secretaria da Saúde fez à empresa.

Vencido o prazo dia 7, dia 8 a Secretaria notificou a...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - ...notificou a empresa Veigamed. Consta dos autos, depois isso, a, duas Proforma Invoice, que seriam essas dizendo, né, que eles tinham negociado, mas não é um comércio *invoice*, é uma negociação, uma minuta, enfim. E a, a engenha... i, nessa contranotificação, a Veigamed então sugere, apresenta, em substituição ao equipamento C35, constante da proposta inicial, o equipamento Shangrila.

(*O senhor Relator, Deputado Ivan Naatz, retorna à sala.*)

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Então a engenharia clinica se manifestou dizendo que era, é, que... na verdade, é, o termo é sugestionando que fosse formada uma comissão de intensivistas para analisar a conveniência da substituição.

Então, essa versão...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** -... houve uma primeira versão que foi, que foi... desentranhada do processo. Ela foi corrigida porque o número da Proforma Invoice era... eram duas Proforma Invoice e, no texto da CI, constava o mesmo número. E, fora isso, uma diferença, uma crítica a, a, mas de menor importância, uma crítica ao documento de requisição, lá que é uma das primeiros documentos do processo, que é padrão na Secretaria da Saúde passar pelo sistema chamado SCCD, onde é feita a especificação do equipamento, ou pelo menos ao pedido dele, né, e aí é uma crítica a esse documento.

A primeira versão consta ter sido assinado e a segunda versão consta que houve a recusa na assinatura.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O Relator já está aí, Presidente?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Sim, Deputado Kennedy.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Deputado Ivan, eu conversei com ele porque ele falou que no dia 24 ficou sabendo informalmente sobre o fato, e a matéria do Intercept foi dia 28. Muitos dos que passaram por aqui, inclusive, o próprio Secretário Tasca disse que só soube a partir da matéria.

É importante a gente focar nessa questão até pra saber a partir de quando que é, o governo começou a se mexer, tardiamente.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Nós encaminhamos esse questionamento, Deputado Kennedy, para sua excelência o Governador do Estado para saber efetivamente quando o Estado tomou conhecimento oficial...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Ah, o.k.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** –... da não entrega dos respiradores.

Está no rol de questionamentos ao Governador. Acho que isso aí é importantíssimo, mas o Governador deve responder e aí gente vai ter exatamente essa afirmação para contrapor uma outra, que talvez a gente receba ou tenha aqui, né?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – É... é por que é assim, eu, eu, eu tô muito temporal do tempo... nós temos aí, o Governador diz que ficou sabendo só dia 20; o ex-Secretário Douglas diz que foi dia 22; o Helton disse que foi dia...;a Márcia diz que foi dia 26 de abril. E, agora nós ficamos sabendo que o próprio Banco do Brasil, vocês ficaram sabendo disso, o próprio Banco do Brasil, no dia 5, mandou uma mensagem alertando sobre os chineses.

Isso chegou a aparecer no relatório de vocês ou não, nessas sindicância?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Nós ouvimos da área financeira o José Florêncio.

Eu tava aqui tentando lembrar isso, exatamente os termos do, do depoimento dele, se ele comentou ter havido, mas não, não é algo... há uma notificação, algo assim, né. A, a, eu não...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – É que, na verdade, o responsável pela área financeiro disse aqui, para a CPI, que no dia 5 ele recebeu uma mensagem de WhatsApp, do gerente de Contas Públicas do Banco do Brasil, alertando sobre é, empresas chinesas que não é estavam entregando. E, e, no dia 5, ainda, se o governo alertasse, dava ainda pra segurar o pagamento, porque estava... já não tinham cumprido a data de entrega.

Banco do Brasil avisa e dizem que ninguém do governo sabia. Isso não chegou a passar por vocês, porque vocês talvez não falaram com esse Romero, né?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Isso ele é, ele era gerente financeiro, subordinado ao José Florêncio. E, e, como na apuração, até então, chegava só a citação ao José Florêncio, né, a interação Márcia/José Florêncio. Foi ele que nós ouvimos inclusive pela exiguidade do prazo pra entregar esse relatório.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Deixa eu lhe perguntar uma coisa.

O senhor acha que a forma como o governo está fazendo agora, do tal do SGPE, ele seguro? Ele tem vulnerabilidades? Qual é a análise de vocês, como auditores especificamente, sobre esse processo que é possível desentranhar, trocar? Até porque, a Comissão deu a mim uma responsabilidade muito grande da gente propor algumas mudanças, mudanças internas, né, que serão parte do relatório, mas também mudanças na legislação.

O que o senhor me diz do SGPE, a questão da segurança do SGPE?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Bom, nós tomamos o cuidado de incluir um tópico, assistindo aqui, a CPI, nós incluímos um tópico no relatório específico sobre a questão de SGPE e certificação de despesa no, no Sigef, tentando esclarecer a, e colaborar com o trabalho de vossas excelências.

O SGPE a, o que houve é uma situação natural de você poder importar um documento já assinado ao processo. A questão é a verificação desse documento, né? Assinaturas eletrônicas, via de regra, vai me fugir o número da lei aqui, mas existe no Brasil o instituto de chave pública, que faz a certificação da assinatura eletrônica.

Aquele material...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** -... o conteúdo, ele... o conteúdo dele com assinatura, data e hora recebe um tratamento com criptografia que assegura que é aquele documento que foi assinado, naquela data e naquela hora.

Acontece que o GPE, ao, ao importar o documento, ele mantém a data original só que vincula ao número do processo em que ele foi a, a subida, digamos, foi dado o *upload* nele.

Então, isso nos causou estranheza, por exemplo, no processo de pagamento do, desses respiradores, que o processo tinha sido aberto dia 30 ou 31, salvo engano, e, e, a assinatura da Márcia constava como sendo do dia 20 de março, né?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Então, isso aponta que há, né, uma inconformidade, né? Não que assinatura não tivesse sido feita. Ela foi feita em um outro processo e aí ao, ao você referenciar o novo processo, como elemento de verificação, não bate, porque o novo processo foi a autuado dias após a própria assinatura, né.

Então isso é uma oportunidade...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – É, inclusive esse mesmo documento, essa mesma CI foi utilizada em outros oito processos de dispensa de licitação.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - E...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Eu, eu, só, só, pra... pra... estou buscando nas minhas anotações, é, se o senhor falou pudesse repetir, se não falou pudesse dizer. Qual foi o nome do auditor mesmo que passou, avisou o senhor dia 24?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Certo. Foi o meu, meu superior imediato, o Cícero Barbosa, que é o nosso Corregedor-Geral.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Cícero Barbosa.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** –

Vocês não chegaram a, o, ou isso está no relatório, como é que chegou a ele? Perguntaram pra ele? Isso o senhor sabe ou não?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Não, é, ele veio a partir da Informação 43, né. A, a, a, CGE recebeu a informação, não sei dizer como...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Da onde isso?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Então, eu, eu não sei dizer, Deputado, porque a, o processo da vinda da informação, ele também estava com caráter sigiloso. Ao, quando Auditoria formulou a Informação 43 e apresentou ao Controlador-Geral, tinha lá a sugestão de envio à Corregedoria, local onde eu trabalho, para apuração dos fatos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Nesse sentido foi extraído uma cópia dessa Informação 43, autuado um novo processo, o processo CGE 254, que é o processo que nós trabalhamos, onde foi instalada a comissão e foi emitido esse relatório.

Então a, eu não tenho conhecimento de como chegou a demanda. Eu sei que a Auditoria já estava trabalhando, tanto que dia 24 havia uma minuta.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – O Relator, o senhor sabe dessa Informação 43?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Deputado, eu tô aqui, folheando os altos da, da CPI, da, da Comissão, CPSI e, se me permite, eu não consegui observar.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Até porque, é, até é importante porque a gente vê que o, nosso, a testemunha ela... ele diz que, fala que veio de um órgão e que estava sob sigilo, ele não consegue saber de onde partiu.

Eu acho que isso é muito importante da gente ir atrás de onde surgiu essa tal Informação 43, que chegou ao senhor Cícero e que o Cícero... porque esta, vê se eu tô correto, senhor Squio, essa, essa Informação veio de alguém e que tinha uma parte pra vocês e tinha uma parte pra, pra, Auditoria, é isso né?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - É, a Auditoria emitiu o relatório e sugeriu encaminhamento pra Corregedoria e pra Secretaria de Saúde...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Ah, perfeito.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** -...para a adoção de providências.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Mas eu acho que é importante. E não tem como a gente saber da onde veio essa Informação 43? Da onde surgiu, não? Ou está ainda em sigiloso, senhor Squio?

Bom, a, a, no Processo 254, já foi requisitado, né, e deve vir pra essa Comissão o processo, nele vai constar a Informação 43. Nessa Informação 43 deve constar o processo de referência dela. E, aí, nesse processo de referência, imagino que tenha a origem da demanda.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Vou fazer uma pegadinha, senhor Relator, a gente tem que dar um olhar 43 nessa Informação 43, porque eu acho que é, que é importante.

Para encerrar, senhor Presidente, eu gostaria de fazer um pedido para a nossa testemunha me ajudar, porque o Presidente e o Relator me deram essa sugestão de eu ter que coordenar e apresentar pra eles, em dez dias, essas mudanças. Então se vocês puderem me dar algumas importantes mudanças, tanto no controle interno, dessas brechas internas que tem, é, seria de extrema importância pra que nós pudéssemos é, estar fechando essa brechas porque, infelizmente, esses abutres chegam na hora do desespero e a gente precisa ficar atento.

Tá, bom, eu vou esperar essa ajuda de vocês que estão dentro do processo, que pode nos ajudar muito para ser inserido no relatório do Relator final.

Está bom.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - É, perfeito, a, a própria CGE espera também a, né, um, uma tratativa, digo, um tratamento legal, uma vez que ao ser criada pela Lei 741, do ano passado, a previsão da criação da instituição, cuja é, organização, estrutura, funcionamento e competências deve ser tratado em lei específica. Então é... é muito, é de muito boas-vindas, assim, essa intenção dos nobres Deputados, em especial do nobre Deputado Kennedy de, de apontar, né?

Nós temos, sim, já trabalhamos nesse projeto de lei, anteprojeto de lei, pra que o controle interno, por meio do seu órgão central, com a Controladoria possa ter ferramentas, competências, capacidade técnica e operacional a cumprir o que a sociedade catarinense espera.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Muito obrigado.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Consulto o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado João Amin. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Não, Deputado Sargento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Muito obrigado, Deputado Sopelsa. Deputado João Amin.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Deputado Sargento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Senhor.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Clóvis.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Mil perdões, Deputado Sopelsa.

Por gentileza, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – (*Sorri.*) Tá bom, muito obrigado.

Bom dia, Clóvis.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Bom dia, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Você é filho do Clóvis Squio também.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Isso, ele Romeu, eu Renato.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Está certo.

É, Clóvis, eu vejo aí que você está prestando para nós importantes informações, tá, sempre com a cautela e a competência que eu sei que você tem.

Esse negócio, essa compra é, não, não, resta nenhuma dúvida de que ela teve o nome, é difícil de você dar se ela foi fraudulenta, se ela foi de vontade, se ela não foi de vontade, se ela foi por incompetência ou por quê.

É, eu queria te perguntar o seguinte, cada governo ele estabelece a sua forma de controlar, de ter, de ter segurança nas coisas que ele faz. É, nessa compra e em outras, eu queria, se você pudesse dizer, aquilo que está sendo feito hoje - e aí depois eu quero entrar especificamente na compra dos respiradores -, lá na Secretaria da Saúde e nas outras Secretarias que trabalham com licitações, com investimentos, com compras, com obras, enfim, Secretarias de Educação e todas. É, você podia dizer se tem segurança no controle, uma vez que mudaram alguns sistemas, se autorizou a compra de cartão, a compra com limites de 5 milhões, que podem ser feitos via decisão lá, da Secretaria. Você entende que vocês teriam, hoje, possibilidade de fazer esse controle, de cuidar que não acontecesse uma compra igual a essa, por exemplo?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Veja, nobre Deputado Sopelsa, é, uma compra como essa, bastante específica, com indícios de fraude, né, a, eu volto a frisar, em auditoria, via de regra, se mitiga o risco por gestão de risco. Você não elimina o risco... só, só, vai eliminar o risco se não fizer a operação, né? Aí você também não cumpra seu objetivo. Então, você tem que fazer uma gestão de risco.

E esse projeto que, à época da, da, Diretoria de Auditoria-Geral, então, conduzida lá pelo nosso colega Augusto Piazza, já está, já tinha um planejamento de levar a consultoria para todos os órgãos. E, e, aí, certamente, Secretaria de Saúde, pela relevância que tem, teria uma prioridade, né.

Hoje, nós temos uma Controladoria que ainda demanda uma lei para definir suas competências, sua estrutura, sua organização. Então... eu imagino que sim, a, a, é possível, ainda do jeito como está, com as competências mínimas que dispõem, de forma genérica, no artigo 25 da 741 e com um bom emprego da força de trabalho, qualificada que temos, embora sejam só 56 auditores internos, a, a... pra, pra vossas excelências... a, a, também saberem, são 56 auditores internos, mas nós temos 49 cargos no quadro de auditores, ou seja, ainda tem sete cargos que quando vagarem serão extintos. Essa a nossa posição atual.

Então nós temos uma limitação de força de trabalho, é, perdemos do concurso, porque o último concurso foi de... há quinze anos atrás, no ano de 2005, é, a, nós perdemos onze auditores, seja para outras carreiras, seja inclusive para a iniciativa privada. Então, com um bom, com uma boa organização, dentro da limitação, é possível fazer muito. Eu não posso dizer, apontar exatamente o que que deveria... é... engenheiro de obra, de obra pronta é bastante fácil, né? [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Chegar e dizer: ah, deveria tá em cima dos empenhos, deveria tá em cima... fazer uma checagem de toda ordem bancária superior a um valor de alçada um milhão, que seja... Hoje, o que nós temos feito? Todo o processo de aquisição Covid, a... superior a R$ 176 mil está passando pela CGE, seja os que já foram contratados seja os que vão ser contratados no futuro, né?

E quanto à Covid, estamos fazendo isso, mas é necessário destacar, por exemplo: a maior despesa do Estado é folha de pagamento, é superior a 1 bilhão por mês. Então, nós temos que ter servidores alocados em folha de pagamento, né, e é uma força que não vai estar disponível pra analisar contratos. Enfim, é, é, eu queria deixar claro essa limitação e inclusive aproveitar para pedir o, a contribuição dos nobres Deputados, assim que aportar um projeto que, que estruture a Controladoria, que ela possa inclusive, ah, de forma republicana, a cooperar com o trabalho, porque eu acho que o objetivo é comum.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - O grande desafio nosso, aqui, é a competência legislativa.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Sim.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - Porque se o governo não se movimenta, a Assembleia não pode reagir, pela competência exclusiva do Poder, do Chefe do Executivo de criar isso, esse instrumento.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Compreendo.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - Se dependesse da Assembleia, o senhor podia ter certeza de que nós já estaríamos trabalhando nessa construção legislativa.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – O Clóvis, essa, Deputado Ivan, essa pergunta primeira que eu te fiz é porque, veja o seguinte, oh, alguns depoimentos que tiveram na CPI, os interrogados, as testemunhas disseram que estavam inclusive tratando de uma comissão, uma comissão estava tratando de orientar e fazer com que esse processo tivesse transparência, ele fosse legal, ele tivesse aqui a garantia da compra, se ela fosse efetuada e fosse feita com o pagamento adiantado, que a empresa tivesse a segurança, como você mesmo falou aqui, nós estamos falando bastante, o lastro de garantia que estaria recebendo 33 milhões e viesse a ter segurança a compra que foi feita.

Mas aí eu queria chegar no seguinte: lá nós tínhamos um Secretário da Saúde, o Secretário Helton, nós tínhamos um Secretário Adjunto, o Secretário Motta; o Florêncio, que foi o responsável pelo pagamento; a Márcia, são nomes que eu estou me lembrando agora, e que foram tantos que passaram por aqui. Não dá pra julgar e condenar ninguém, nós temos que buscar o esclarecimento dos fatos, mas está-me começando a ficar claro que pode ser que, com certeza, dentro desse grupo e de alguns de fora do grupo, se ignorou (*falha no áudio*) essas informações e se decidiu, não importa se nós vamos fazer um negócio seguro ou se nós vamos fazer uma compra arriscada.

Não tem aí uma impressão de que deixou de se ter o cuidado, não se importou pelo cuidado que deveria tido. E se ignorou, inclusive, informações que já estavam sendo...tratamentos que já estavam sendo feitos para fazer essa compra? O que parece a você?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Perfeito, sim, vossa excelência está correta. Veja, não tendo o processo de gestão de risco estruturado, o que foi feito? Consta do relatório: houve uma reunião no 31 de março, ao meio-dia, na sede da Defesa Civil, com a Superintendente de Gestão Administrativa, o Diretor de Licitações e Contratos e a Diretora de Planejamento em Compras.

Então, se você não tem a, a metodologia de gestão de risco para identificar por outros meios, nessa reunião seria o momento adequado para tratar: vem cá, chegou uma nota, ou, é, e nós estamos numa operação de aquisição, não é, relevante, não é? Ah, qual é o tratamento que se dá? Inclusive, consta do relatório, foi, o pagamento antecipado foi um tema abordado, não especificamente, mas um colega auditor falou: vem cá, vocês têm pagamento antecipado? Não, não. Inclusive, ele disse, ele teria dado esse...: oh, cuidado, que tem que ter cuidado, tem que ter cautela, que são as garantias.

Então, ah, não havendo o processo estruturado de gestão de risco, dependendo (*ininteligível*), mas de confiança, enfim. Houve uma aproximação da CGE, por meio de três auditores, consta do relatório, inclusive a foto que consta do relatório de análise da... da Deic, foram dispensados.

Na verdade, foi assim: foram duas, a... duas linhas de trabalho oferecidas, tá? Estava a Simone, que veio aqui. Ela, à época, era a Auditora-Geral do Estado. Estavam o César Cavalli, à época Gerente de Auditoria de Licitações e Contratos. E estava a Luciana Zanatta, que é auditora da área de Licitações e Contratos. Consta do depoimento, inclusive, que a Luciana estava, ah, preparada para partir daquele dia atender diretamente a análise dos processos. Cabe à Auditoria analisar o processo e indicar se há as tais fragilidades, irregularidades e reportar a quem de direito e dizer: Oh, é, faltam documentos, enfim.

E essa linha de trabalho, de atendimento, inclusive presencial, com a análise dos processos, que a própria Saúde identificasse, naquele momento estava muito, não é, pra fazer uma forma de seleção, amostragem, enfim, a própria Saúde era, era uma consultoria em apoio. Então ela, se tivesse essa, a Saúde, se tivesse essa dúvida, essa necessidade, poderia usar dessa forma de atendimento. E essa forma de atendimento não foi, não foi aceita na reunião, e aí ficou-se com a 2ª forma, que é aquela: prestar orientação, ah, remota, principalmente por meio de material orientativo, *checklist*, enfim.

E aí foi, na segunda-feira seguinte, dia 6, foi enviado o material, salvo engano, de Pernambuco e da CGU pra fins de análise processual, e posteriormente, a, foi feito uma, um guia desses voltado à realidade catarinense, dos normativos, das leis catarinenses, para fins que a Saúde, é, pudesse, ah, pudesse usar em seus processos. E havia aberta de demanda, então, por *e-mail*, né, aí foi o que foi aceito. E aí imagino que esse processo tenha vindo já nessa demanda de *e-mail*.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** - Naquele momento ali a presença dos auditores atrapalharia, por isso que eles foram dispensados. Se...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – O Clóvis, eu encerro agora.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Né, Sopelsa.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Opa.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Tá na linha.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Desculpa. Posso falar?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – Claro, a palavra está contigo, só fiz uma observação.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Ah, obrigado.

Eu encerro assim. Na minha, não sei se eu vou conseguir usar o termo correto, certo, mas o que houve? Se ignorou, ou se desprezou, a orientação que poderia ter sido dada pelos Procuradores, que podia ter sido dada pela PGE, de fazer um negócio seguro. Se preferiu, se preferiu a outra forma do que aquela forma que poderia ter sido a garantia de ter sido feito um negócio correto e seguro.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – É, exato. Bom, é difícil ser engenheiro de obra pronta, dizer agora: ah, foi tudo, né, não deveria ter sido assim. Imagina, vindo a pandemia, o trancamento, o isolamento, enfim, era necessário estabelecer um processo de compra adequado para o momento, né? Enfim, no processo que a Secretaria de Saúde estava estruturando, a CGE, sim, se disponibilizou a contribuir e o resultado foi esse. A atuação presencial pra análise e não pra alimentação, um dos argumentos seria que não poderiam perder tempo e ensinar auditor a preencher ou manusear os sistemas específicos da Saúde, que é o SCCD, ou é o, um sistema. Eles têm um sistema pra fazer a requisição de material.

Então, lá tem que informar qual é o item, qual a quantidade, como que...o valor unitário. Eles não queriam, mas não era esse o papel de auditor. O auditor receberia o processo e verificaria, né, a partir dos requisitos legais, a partir de boas práticas se aquele processo poderia continuar assim ou reportaria a existência de algum, alguma não conformidade, alguma, enfim, uma situação...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** - Esse interesse não tinha?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Pois é...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** - Pela fórmula que foi feito o negócio.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Na reunião do dia 31, que nós temos foto e o depoimento dos participantes, a, essa, essa ajuda foi dispensada.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Muito bem, muito obrigado. Muito obrigado, Clóvis.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Obrigado, Deputado Sopelsa.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Continua ainda aberta a palavra aos Deputados.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Clóvis, Presidente. Quero te mostrar...eu não entendi ainda, confesso que a minha cabeça, ela está perturbada com relação ao lance do André Motta, o atual Secretário. Me preocupa muito, porque ele continua no posto e continua o Coordenador da pandemia, e ele continua falando pra imprensa dos processos da pandemia, e ele foi indicado no relatório como um dos possíveis participantes. E ele disse aqui pra mim que não teve nenhum contato com o Leandro, que não teve contato nenhum, que ele não participou de nada. E eu tenho fotografias aqui dele participando, tendo contato e conversando. Eu não consegui identificar muito bem, eu queria mostrar pra ti, para ver se tu podes ajudar, a esclarecer melhor.

Pode pegar aqui (*o depoente se levanta e o Relator mostra a foto*).

O André - pode sentar lá - o André nega toda a participação, nega, diz que não sabia de nada, mas a gente tem fotos dele em reunião, a gente tem foto dele com o Leandro. O relatório indicou a participação.

Isso me preocupa muito, senhores Deputados, Deputado Kennedy, me preocupa, porque o sujeito está no comando do negócio, ele está no orçamento do Estado. E nós temos aqui indícios, eu não fazendo nenhum julgamento de valor, mas nós temos aqui indícios fortíssimos de que ele teve participação direta nesse processo. Não digo, é, comissivamente, mas, omissivamente, é evidente a participação do André.

Então, eu queria que o senhor nos ajudasse nisso.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Bom, ah, consta aqui, na folha 33 do relatório, no tópico da denúncia de fraude pela empresa Exxomed, consta 1º a reunião do dia 2 de abril. Essa, uma imagem que foi obtida por meio de compartilhamento da prova, nossa cooperação com a Deic, e fica aqui o registro da competência da Deic e dessa cooperação, do valor dessa cooperação. Então, a partir do, da, do depoimento da Márcia foram, ah, requisitadas as informações, as gravações da sede da Defesa Civil, não é?

A Deic obteve essas informações, essas gravações, chamou a Márcia pra identificar, vai ter o relatório no processo, inclusive alguma, a, o relatório que analisa as imagens. Então, consta na imagem da reunião do dia 2, onde o senhor Neto, o senhor Leandro, ah, consta assim, tem uma foto, e aí uma legenda embaixo: Coronel Audren, da Defesa Civil, o senhor Neto, o senhor Leandro, da empresa Ortomedical. Essa reunião foi organizada pela Defesa Civil e pelo então Secretário Adjunto de Saúde, André Motta Ribeiro, para que a SES providenciasse a emissão do pedido de emissão de passaporte para o senhor Nelson ir para a China comprar equipamentos para o governo do Estado.

Então, o mote aqui, da reunião, seria a, essa questão do passaporte. Aí nós sabemos que houve um *e-mail* do dia 3, ou seja, dia seguinte, ah, onde, o título do *e-mail* chama carta sobre fraude, e que tem um anexo em que o Onofre Neto, ele descreve que tinha sido, ah, tinha recebido o contato de uma pessoa que se apresentou como da Veigamed, que tinha fechado um contrato de aquisição de ventiladores Shangrila por um preço de US$ 31 mil. E que é muito próximo ao preço, efetivamente, verificado.

E, enfim, então essa reunião, uh, quem, quem, é...essa legenda está entre aspas, essas aspas são citação da Márcia, descrevendo essa reunião desse dia e que...da solicitação da reunião. E aí, à folha 38 do relatório, consta uma outra foto, da mesma sala com, ah, com também uma citação assim: Secretário Adjunto, André Motta, e outro que não consigo identificar, e, embaixo, uma observação da Deic. Observação, é, com indicativo da pessoa: Leandro, da empresa Ortomedical, que participou da reunião no dia anterior, retorna no outro dia para uma reunião sozinho.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Com o André?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso, está, tem a foto do relatório, de análise das imagens da Defesa Civil, com uma legenda, entre aspas, Secretário Adjunto, André Motta, e outro que não consigo identificar, fecha aspas.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Você não teve ideia, não chegou a saber quem era ess pessoas?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - A pessoa que não consegue identificar? A própria, no relatório não consta, mas nós fizemos constar pela proximidade, como dito aqui, é, e aí há indícios, aqui mais fortemente ainda, são indícios por conta da similitude da calça, da similitude da camisa, da similitude do, da careca e da postura corporal com outra foto, mas aí a gente não tem o dia, mas, para saber se é exatamente o mesmo dia. Ah, parece ser, há indícios que possa vir a ser o terceiro interlocutor, Leandro Barros.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Obrigado, era justamente isso que eu queria colher de vossa excelência, porque era a conclusão também que eu cheguei e acho importante, senhores Deputados, essa talvez seja a informação mais precisa do dia, não é, porque o André sempre nega, nega, nega participação, conhecimento, contato e conversa com o Leandro Barros, negou veementemente aqui para a Comissão.

Obrigado.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - São indícios não confirmados no relatório.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - Pra nós, o senhor que sabe que, pra nós aqui, é, nós estamos formando um inquérito. Quem vai fazer o julgamento da culpa não é a CPI.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Perfeito.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Nós temos que construir um inquérito.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Perfeito.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - E para nós, basta o indício, porque é o que o inquérito busca, o indício, né?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Exato.

(*O depoente devolve o documento ao senhor Relator.*)

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - A comprovação do contraditório vai ser construída lá no Poder Judiciário, mas isso é fundamental, Deputado Kennedy, Deputado Sopelsa e Deputado Cobalchini, de que o André Motta conversava, e tem fotos dele conversando com o Leandro Barros, e ele nega, veementemente, que tenha contato com o Leandro Barros.

Muito obrigados, senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Concluiu, senhor?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Senhor Squio, o senhor disse que esteve, que acompanhou o depoimento também na Deic. Sim?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim, na verdade, a... é, dia 28 foi instalada a comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Hum, hum.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Eu tinha o contato da Márcia Pauli.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Certo.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Por já ter trabalhado com ela na época da Auditoria.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – E também ao Ministério Público, o senhor acompanhou o depoimento de alguém?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – No Ministério Público, não.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Porque o senhor sabe que o Ministério Público também está trabalhando com esse caso dos respiradores?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – O senhor tem ciência disso.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Sim, sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Então, está bom.

Sabe a diferença entre foros, né? E o que acontece aqui na Comissão Parlamentar, é que nós temos uma característica política, né?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Isso é importante para que todo mundo que sente aqui saiba, independente que não haja, mesmo sendo foros diferentes, não existe maior ou menor poder entre um e outro. Isso é para conhecimento (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

A grande verdade é que o Estado de Santa Catarina, ele foi, ele levou um golpe de meia dúzia de vagabundo usando um aparelho celular. Eles não empregaram uso de tecnologia ou de pessoas assim, é, extremamente habilidosas ou com amplo aparato. Na linguagem policial, doutor Fortkamp, seis chinelos com o aparelho celular meteram um golpe no Estado. Não foi nada mais do que isso, nada mais do que isso, mesmo.

Aí quando o senhor falou, no início da fala do senhor, quando o senhor começou aqui falando, que houve uma duplicidade de responsabilidade de quem deveria fiscalizar, tendo em vista que nós aprovamos aqui, na Reforma Administrativa nossa, uma Secretaria que não estava preparada, de forma alguma, para absorver isso, não estava (*depoente faz que sim com a cabeça*). E o fato de ela não estar preparada antecede à própria crise da Covid, porque nós votamos a reforma administrativa quando?

(*O assessor Leonardo Lorenzetti manifesta-se fora do microfone: “12 de junho.”*)

Em 12 de junho foi sancionada, dia 12 de junho.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – De 2019, né?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – De 2019. O Estado de Santa Catarina, desde lá não estava preparado então. E por que eu falei da característica política do nosso trabalho aqui dentro, é que foi usada, sim, política pra poder, de alguma forma, tudo indica que houve uma movimentação política pra que esse crime dos respiradores pudesse ser concretizado, pudesse...se você não tivesse agentes políticos colocados lá dentro, como o senhor bem disse: eu fiz um concurso público, eu entrei pela porta da frente pelo Estado, também através de concurso. Eu não fui colocado lá dentro por alguém, mas você precisou manusear pessoas. E aí tu chegas aqui e fala assim, a gente fala muito do cargo aqui, Deputado Ivan Naatz, mas não falam o nome.

Essas seis pessoas, que são objeto de investigação por parte da investigação que o senhor está realizando, essas seis pessoas. Quem são essas 6 pessoas, o nome delas?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – As seis pessoas da conclusão dos servidores?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Da conclusão dos servidores.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Certo, é, bom, consta do relatório, é, deixa eu puxar de cabeça agora, Márcia Regina Geremias Pauli.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Foi colocada lá por indicação política. Não é verdade?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Bom, o cargo em comissão é sempre, né...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Por indicação.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Uma indicação.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Por isso que as pessoas perguntam, mesmo, por que não se deixa a cargo da Polícia Judiciária, por que não se deixa a cargo do Ministério Público e por que que tem que ter uma CPI. É por isso, porque isso foi construído, colocaram um projeto de lei dia 31 aqui nessa Casa, que foi retirado de tarde para impossibilitar a possibilidade de que houvesse a compra. Foi colocado os auditores à disposição da equipe que estava gerenciando a compra e eles foram dispensados para que não houvesse isso. E quando perguntou para o senhor como que a gente poderia ajudar, de certa forma, sabe o que eles fizeram? Eles ligaram para o Thyago, para o Capitão Thyago, e perguntaram: Thyago, como é que a gente faz para comprar? Foi pra ele que foi questionado ali dentro.

Óbvio que, indo nessa linha administrativa, esses funcionários públicos ali, eles...vou fazer uma relação aqui: quando eu estava dentro do quartel não tinha medo do RDPM, do regimento interno nosso. Eu tinha medo do Direito Administrativo, de ser pego no administrativo. É disso que essas pessoas têm que ter medo, e principalmente o senhor ali, que a comissão do senhor é diretamente ligada ao combate à corrupção, e foi o que houve. Foram corrompidos funcionários públicos, não tem mais o que falar. Eu vou lá, coloco um projeto de lei, retiro ele no mesmo dia, eu mudo pessoas de uma semana pra outra pra outros cargos, eu faço toda uma manobra pra que isso acontecesse.

Em ato de desespero, não se faz nada disso. Aí você fala: olha, nós tomamos essas atitudes ali é porque foi uma...eles aproveitaram algum, é, no meu entendimento, até é bom, legal quando a gente faz essa reunião fechada ali, aproveitaram panacas. Por isso que dizem que o bolso do otário é virado pra baixo. Não é virado pra cima, é justamente porque meia dúzia de ligeiros aproveitaram de uma situação ali dentro, de funcionários mal-intencionados, é o que dá pra ver, isso.

Então, por isso que a minha não é uma pergunta, é um pedido pro senhor: faça valer cada segundo dessa tua investigação, porque como eu disse ali, olha, do julgamento da sociedade, essas pessoas são políticas, sabe como é que eles falam: o jornal de hoje enrola o peixe de amanhã. Sabe, aí sim vem a punição mesmo, porque a punição que o cidadão que paga o salário dessas pessoas está esperando é que eles sejam mandados embora, que eles percam a função deles.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Não é? Tomar providência. Pelo amor de Deus, assim como o senhor chegou aqui e pediu ajuda pra gente, que mais tarde nós vamos...como eu falei, se dependesse da gente, não depende, de ser incitado pelo Executivo, e não pelo Judiciário, essa mudança, se dependesse da gente, estava feita, já estava pronta ela. E assim, também a gente pede ajuda pro senhor. Assim que sair o nosso relatório, que se utilize como ferramenta, essas pessoas tem que ir pra rua, porque a gente não pode chegar no final das contas ele falar assim: somente um, a CPI se preocupou com isso, a CPI, por isso que a gente respeitou tanto.

E não precisava nem mesmo da medida do *habeas corpus*, porque já se tinha o conhecimento aqui de que o senhor tinha que vir aqui dentro falar, mas a gente ia respeitar esse sigilo. Eu estou, constantemente, contrariando pessoas que estão falando que a gente está trabalhando aqui dentro de alguma forma, sem estender todos os direitos e toda a liberdade para as pessoas. A gente quer chegar, no final das contas, com isso.

Então, esse pedido fica, eu tenho certeza que não é só em nome da Presidência, é em nome de todos os Deputados que fazem parte da CPI, pese a mão, vá aos finalmente com isso daí, porque você precisa da manutenção, o Estado de Santa Catarina precisa disso, pra que a gente não tenha essa sensação de que meia dúzia de chinelo, armado somente de um telefone celular, consiga aplicar um golpe de 33 milhões. Senão a gente vai pensar o que daqui a pouco? Que o nosso Governador vai comprar um bilhete da Mega-Sena premiada na rua? Ou lote na lua e todo mundo vai validar isso, todo mundo vai assinar.

Então, esse é um pedido desta presidência, e eu tenho certeza que falo em nome de todos os Deputados quando a gente fala isso, que a nossa preocupação é enorme com isso, mesmo, enorme, gigantesca.

O senhor...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Presidente, se me permite?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES** – Eu quero parabenizar vossa excelência por ter falado isso, e gostaria que o senhor falasse isso, a mesma palavra que o senhor falou agora, na próxima reunião que for aberta, para a sociedade ver o peso das suas palavras, que exatamente é o extrato do que nós, da CPI, estamos sentindo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** - Muito obrigado, Deputado.

Então, o senhor vai ter aqui uns minutos para as considerações finais do senhor. Quero te parabenizar pelo trabalho que o senhor vem fazendo, e como disse, faça valer a pena cada segundo, pra que a gente não fique na sensação de que a gente pode ser atacado por trombadinhas na rua.

O senhor tem 3 minutos.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – O.k. É, bom, gostaria de lhe agradecer à cooperação, inclusive na questão do *habeas corpus,* é, antes, deixa eu dizer que pode, sim, depositar confiança, ah, nós estamos lá pra trabalhar, arduamente, pelo Estado, né, pra dar o nosso sangue e o nosso suor, e foi nesse sentido, inclusive pra tentar cumprir de forma mais segura que foi, eu tomei a liberdade diante da situação de...inédita, pelo menos pra mim, da questão do, né, do depoimento sobre um documento sigiloso.

Não sabia exatamente, achei por bem manejar o *habeas corpus*, tomei o cuidado de, de esclarecer, para que não, não seja, não fosse algo descortês e também que não fosse no sentido, não fosse parecer que fosse no sentido que eu não quisesse falar, mas eu estava adotando, ah, alguns cuidados em razão do crime de violação de sigilo funcional e em razão do crime, esse da, da Lei de Abuso de Autoridade e de, eventualmente, dar a entender que estou antecipando alguma culpa.

Nesse sentido, eu agradeço a compreensão de vossas excelências, por, por entender esse movimento. E dizer que, cioso dessa responsabilidade, nesse ato como em todos os outros atos, né, ah, estaremos lá trabalhando. Agora, eu acredito numa nova CGE, agora comandada, a partir de hoje, isso é um dado, um dado, assim, importante, até simbólico, né, a partir de hoje comandada pelo, efetivamente, por um, um auditor interno, não é? Ah, vai poder, com o seu conhecimento da área, ah, empregar os esforços. Ah, sozinhos não conseguiremos isso, nós estamos buscando cooperação, cooperação com a Deic, com o Gaeco, cooperação com a própria Assembleia - é muito importante isso -, com o Tribunal de Contas.

E, e, nesse sentido, eu já falei, eu acho, que das nossas limitações atuais, nós precisamos então, né, do fortalecimento do sistema de controle interno por meio de uma lei que defina as competências do sistema de controle interno e, em especial, da Controladoria, seu órgão central, não é? A sua organização, a sua estrutura, ah.

Citar, por exemplo, alguns projetos descontinuados pela liderança que tínhamos até então. Um projeto belíssimo, de auditor, a Auditoria Cidadã, inclusive foi tema da minha dissertação de mestrado, que é uma nova forma de auditoria. Você vê a avaliação do serviço pela, pelo sentimento do cidadão que é beneficiário daquilo, né? E isso, junto com o programa de, da Esag, nossa Universidade Estadual, que é líder no País em coprodução de serviços, você junta a análise do cidadão com a prestação do serviço pra melhorá-lo. Esse é um...infelizmente a gestão anterior descontinuou esse projeto, mas eu tenho certeza que o Cristiano irá, ah, retomá-lo.

E agradecer, então, na compreensão das minhas limitações, dessa, dessa, da forma como se deu. E dizer que podem confiar, da nossa parte nós estaremos lá, atuando sempre dentro, né? Por exemplo, agora nós estamos trabalhando nos indícios que é nisso que me competiu falar.

Eu agradeço essa compreensão.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – O senhor tem, acredita ter um prazo para terminar. Bom, vai ter o contraditório, terminar a sindicância?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso, essa investigação preliminar, houve um despacho pelo ainda então Controlador-Geral, determinando novas diligências, né? A comissão ainda, ah, não pode deliberar sobre isso, né, o processo veio somente para obtenção de cópia, pra fornecimento de cópia pros, pros, em benefício das defesas que havia sido requerido. Passou por ali, eu tomei conhecimento desse despacho, desenvolvemos para operacionalização dessa, dessa via. Imagino que hoje o processo deva retornar, e, pra nós concluirmos o quanto antes. Tínhamos, para a investigação como um todo, 60 dias, concluímos em 50. Agora, são duas diligências, mais pontuais, pretendemos concluir.

A partir disso, são recomendados 6 processos disciplinares, não foi dito que é o PAD, o Processo Administrativo Disciplinar. Cada conduta, ali pode ser, se for entendida como menos relevante, uma sindicância acusatória, que vai acarretar no máximo a suspensão, pode ser feito. Ou o PAD. O PAD tem os 180, ou, da minha área, que é de, principalmente, de responsabilização de empresas, o PAR, Processo Administrativo de Responsabilização, tem 180 dias para ser concluído, contra as empresas. E...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - Na verdade, na verdade é o seguinte. Nós temos comissionados...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Hum, hum.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – O André, vai ficar ali enquanto se manter; a Márcia é de carreira, o Carlos Campos Maia é também comissionado, não é?

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – É, mas deixa eu ver se ele dá...o André também é efetivo, o Carlos Charlie eu acho que é da reserva.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – São da reserva, mas eles...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Porque ele, ele sendo efetivo ativo, ele responde pelo processo, né.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Não, porque...

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Mas a gente sugere que seja deflagrado o processo, haja vista os indícios constantes, né?

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Não, porque se a gente der preferência para quem tem vínculo com o Estado, né, esses que não tem, obviamente, quando deixarem o Estado a sindicância perde, praticamente, a sua eficácia, né. Daí ficaria só para a parte criminal e administrativa.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Isso, há um entendimento também que, há um entendimento também que uma vez tendo deixado...porque o cargo comissionado, na ativa, ele responde o PAD, né. Na União, isso é muito claro, ele tem com todas as, as letras na Lei que você pode converter a exoneração em demissão, pra todos os efeitos.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** - Mas o que não tem vínculo não surtiria um efeito desejado.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Mas é que teria, ah, um impedimento do retorno, seria para...

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Ser nomeado novamente.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** - Para assentamento funcional para fins de impedimento de retorno.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)** – Ótimo.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) -** Senhores Deputados, acatando aqui o combinado ali, conforme requerimento apresentado pelo Deputado Ivan Naatz, na próxima terça e na próxima quinta-feira, né, nós teremos a nossa reunião interna. O nosso Vice-Presidente, Deputado Valdir Cobalchini, muito gentilmente nos cedeu o gabinete nº 10 para a nossa reunião de terça-feira. Então, tendo em vista isso...aí, na terça-feira, a gente vai ali decidir onde será o local da próxima reunião, o próximo gabinete.

Agradeço a presença do senhor, de todos os senhores.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Deputado, Sargento.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Sim, senhor Deputado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** - Esse Clóvis é família de fé.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – É?

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – É um italiano em quem eu acredito muito. Eu estou dizendo isso porque nós estamos numa reunião fechada, Deputado Sargento Lima.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Eu tive, para conhecimento de vocês, na infância eu convivi muito com o pai dele, e sei a família que eles são. Então, eu espero que a fruta não caia longe do pé, tá?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Esse à paisana é *buona gente*.

**O SR. CLÓVIS RENATO SQUIO** – Assim espero.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – *Buona gente*, *buona gente*.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – (*Risos.*)

Senhores, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada...

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA** – Obrigado, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI** – *Non guardar la faccia.* (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima)** – Encerramos a 15ª Reunião, convocando a próxima para terça-feira, às 17 horas, se assim for da vontade de Deus.

Forte abraço a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA**

**PRESIDENTE DA CPI**